

Despertar da Confiança

O Real completou seu primeiro aniversário com uma inflação acumulada de 35,3% (incluindo os aluguéis e as mensalidades escolares que captaram meses anteriores a 1º de julho de 1995) e uma expansão da produção nacional de 8%. Em grande parte, pelo impulso que o fim do *imposto inflacionário* deu ao poder de compra dos assalariados.

O balanço do primeiro ano do Real não se limita aos resultados amplamente superiores aos planos econômicos que o precederam desde o Cruzado de 1986. Também reforça e legitima a decisão de aprofundar a desindexação da economia. Ou seja, de criar — após 30 anos dos vícios da correção monetária — uma nova mentalidade no brasileiro a partir do momento em que a sociedade aceitar que o futuro não deve ser balizado pelos preços do passado. É natural a divergência por medo do desconhecido. Daqui para a frente, vai emergir um país novo e mais eficiente.

Nunca é demais lembrar que a maior virtude do Real sobre os planos que o precederam não reside no bom acabamento econômico ou na gerência competente do plano. A chave do sucesso foi a negociação política que o precedeu e continua valendo até hoje. A negociação abriu espaço à obtenção de um ajuste fiscal mínimo — sempre proclamado pelo ministro da Fazenda à época, Fernando Henrique Cardoso, como premissa para o governo colocar na rua o plano de estabilização vitorioso.

O Real chegou às ruas cercado de ampla negociação política, cumpriu a promessa de que não haveria expurgos, confiscos ou congelamento de preços, e os seus resultados estão aí. Foi reconhecido pela população como o programa do candidato eleito por ampla maioria no primeiro turno e continua tendo a confiança da sociedade.

Tudo foi possível porque o governo continua agindo às claras, passando um atestado de completa coerência com o programa do candidato e com as linhas mestras anunciadas três meses depois da eleição, pelo próprio Fernando Henrique Cardoso, ao tomar posse.

O governo definiu a prioridade no combate à inflação — para eliminar o mais regressivo dos impostos —, na proposta de reformulação do próprio Estado, mediante seu enxugamento, via privatização e desregulamentação da economia, na abertura de espaços para a iniciativa privada liderar o processo de crescimento econômico e fazer o que o governo perdeu as condições de fazer para atender às necessidades na área de infra-estrutura.

Em termos de inflação, dois números bastam como medida de comparação: desde o Plano Cruzado, o Brasil acumulou uma inflação de

65.360.693,59% (ou 65 milhões 360 mil e seiscentos e noventa e três vírgula cinquenta e nove por cento), dos quais apenas 26,86% cabem ao período do Real, segundo o índice geral de preços da Fundação Getúlio Vargas.

O Brasil precisa dar é a prova de confiança em si mesmo e admitir que será capaz de reduzir ainda mais os níveis inflacionários. A troca do sistema de indexação à inflação passada, que acaba imediatamente para preços e salários (estes submetidos ao regime de livre negociação adotado em todo o mundo com vantagens para o trabalhador) é uma aposta que o governo faz na capacidade do país e da sociedade.

Os temores de perdas salariais de empregados, vocalizadas principalmente pela CUT, refletem apego ao passado e medo do futuro. Quando se reconhece que nenhuma das 19 fórmulas salariais de reposição da inflação passada, postas em prática desde 1964, melhoraram tanto o poder de compra do trabalhador quanto o fim da inflação no Real, fica-se conhecendo o tipo de trabalhador que a CUT pretende proteger.

A faixa corporativa encastelada nas estatais (que acumulou vantagens e privilégios não auferidos pela totalidade dos assalariados)? Ou os funcionários públicos, cuja remuneração está definida pela Constituição em função da receita do Tesouro, que não pode comprometer mais de 65% do que arrecada com o pagamento de pessoal?

As mudanças promovidas pelo Real na sociedade — acompanhadas pelo Congresso, que foi diligente no primeiro semestre, aprovando as reformas constitucionais necessárias à construção de uma nova ordem econômica em substituição ao modelo corporativista e cartorial patrocinado pelo Estado — criam realidades que não comportam mais atitudes do passado.

O pluralismo e a democracia sindical devem surgir como consequência natural da adoção da livre negociação no Brasil. Isso mexe com o poder político das centrais sindicais que construíram sua cidadela entre os empregados de estatais e de funcionários públicos.

A hora é de liberdade e eficiência para que a economia brasileira possa enfrentar o desafio da competição num mundo globalizado. Olhar para o passado e vislumbrar que repiques conjunturais de preços (e índices) devam balizar preços, salários e o câmbio para o futuro equivale a decretar prematuramente a incapacidade brasileira de competir e vencer. O governo apostou no futuro e a nação precisa mostrar confiança na capacidade de vencer mais esse desafio da História.